

Órgão: CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

PRESIDENTE: FLORIVALDO JOSÉ VIEIRA

Período: julho a setembro de 2022

1 - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

Em cumprimento as determinações legais, e em observância ao que dispõe a Resolução TC nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Município, criada através da Lei nº 12 de 2001 de 11 de dezembro de 2001, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 3º Trimestre do corrente exercício, cujos resultados relatamos abaixo:

O Plano Plurianual do Consórcio para o quadriênio 2022/2025 foi aprovado em Assembleia realizada em 13 de setembro de 2021.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022 foi aprovada através de Assembleia, realizada em 17 de agosto de 2021, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada, assim distribuídos: através de Assembleia, realizada em 17 de agosto de 2021, estimou a despesa da Autarquia Intermunicipal em **R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)**.

Despesas Correntes	1.612.000,00
Despesas de Capital	188.000,00
TOTAL	1.800.000,00

2 - REPASSE E TESOURARIA:

2.1 - O total repassado pelos consorciados no trimestre em análise totalizou em **R\$ 487.020,41 (quatrocentos e oitenta e sete mil e vinte reais e quarenta e um centavos)**. Segue abaixo um breve demonstrativo do repasse mensal do CPAC, nesse período anual:

Competência	Tesouraria (R\$)
Julho	145.710,76
Agosto	147.279,41
Setembro	194.030,24
TOTAL	487.020,41

2.2 - As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 30/09/2022, importava em R\$ 156.277,41 (cento e cinquenta e seis mil e duzentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos) assim distribuídas:

Bancos c/ movimento	156.277,41
TOTAL	156.277,41

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Verificando o demonstrativo que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total de em R\$ \$ 156.277,41 (cento e cinquenta e seis mil e duzentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos). As diferenças entre os saldos registrados na contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informadas através das conciliações bancárias.

3 - DESPESA

3.1 - A despesa empenhada no período atingiu o montante de R\$ -9.444,60 (menos nove mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos). O total de despesas liquidadas no período trimestral, decorrentes de empenhos deste trimestre, importou em R\$ 430.419,31 (quatrocentos e trinta mil e quatrocentos e dezenove reais e trinta e um centavos). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas até neste trimestre a importância de R\$ 401.669,53 (quatrocentos e um mil e seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos). Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Empenhos		Liquidações		Pagamentos	
No Período	Acumulado	No Período	Acumulado	No Período	Acumulado
-9.444,60	1.770.459,72	430.419,31	1.260.773,97	401.669,53	1.180.968,57

3.2- CRÉDITOS ADICIONAIS NO PERÍODO

Foram abertos no período créditos adicionais no montante de R\$ 100.300,00 (cem mil e trezentos reais). Para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

Credito suplementar	100.300,00
TOTAL	100.300,00



3.3- DIÁRIAS

Nesse trimestre foram concedidas diárias aos servidores do Consorcio no valor de **R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)**. Estas diárias vêm sendo pagas com base nos valores fixados na Resolução nº 01 de 25 de fevereiro de 2015.

3.4 - PATRIMÔNIO

O patrimônio do Município é controlado por sistema informatizado, estando todos os bens devidamente registrados. Nesse trimestre foram gastos com patrimônio os valores abaixo discriminados:

Equip. e Mat. Permanente	000
Obras e Instalações	000
Total de Incorporações	000

3.5 - MATERIAL DE CONSUMO

O material de consumo é controlado por sistema informatizado, sendo todos registrados passando todos pelo almoxarifado com controle de entrada e saída. Nesse trimestre foram gastos com material de consumo os valores abaixo discriminados:

Material de Consumo	14.627,17
Total	14.627,17

4 - LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

4.1 - DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

O total da despesa do Consórcio Público do Agreste Central Sergipano com folha de pagamento nesse período trimestral atingiu o montante de **R\$ 124.103,95 (cento e vinte e quatro mil e cento e três reais e noventa e cinco centavos)**. Constatamos que os gastos com folha de pagamento da Autarquia Intermunicipal encontram-se de acordo com as normas legais.



A despesa total com pessoal, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encontra-se adequada ao limite imposto pela referida legislação.

5 - AÇÕES CPAC

Relatório Trimestral das Ações Realizadas nos Municípios Consorciados ao CPAC

(Julho, Agosto, Setembro)

O Consórcio Público de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico do Agreste Central Sergipano (CPAC), é pessoa jurídica, do tipo associação pública, com natureza de Autarquia Intermunicipal que integra a administração indireta de cada um dos entes federativos consorciados. Formalizado em razão da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), conforme Plano de Regionalização formulado pelo Estado de Sergipe.

É regido pelo disposto na Lei 11.107/2005 (Lei dos Consórcios), regulamentada pelo Decreto 6.017/2007, Lei 11.445/2007 e na Lei 12.305/2010 (PNRS), Protocolo de Intenções, Estatuto, Atos e Normas.

Composto por 19 municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Cumbe, Divina Pastora, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita, N. Sra. Aparecida, N. Sra. Das Dores, Pedra Mole, Pinhão, Riachuelo, Ribeirópolis, Santa Rosa de Lima, São Domingos, São Miguel do Aleixo e Siriri.

Nos meses de julho, agosto, setembro a princípio o CPAC realizou algumas ações bastantes importantes para o desenvolvimento dos municípios referente ao Meio Ambiente. Destaca-se, que nesse período o consórcio também apoio e ajudou as cidades consorciadas, fazendo junto com a CONPETSAN capacitação/sensibilização dos presidentes e catadores de materiais recicláveis.

Não menos importante é bastante pertinente destacar a participação dos colaboradores dessa autarquia nas criações, reuniões, eleições da mesa diretora do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Ressalta-se também, que ocorreu nesse período a audiências públicas para apresentação dos estudos oriundos do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nº 04/2022, realizado em parceria com a Agrese (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe) e a Adema (Administração Estadual do Meio Ambiente), qual teve como objetivo apresentadas algumas planilhas estudos técnicos, dentre outros assuntos importantes para o desenvolvimento do CPAC.

Todos os trabalhos desenvolvidos nesse período, foi planejado e desenvolvido com o objetivo conhecer e integrar as diferentes formas de caracterizar o meio ambiente. Logo, Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010) e no Decreto nº7.404/2010, vem com o intuito de incluir tais abordagem.

Em anexo está contida algumas ações que foram realizadas pelo CPAC (Consórcio Público do Agreste Central) nos meses de julho, agosto e setembro de 2022





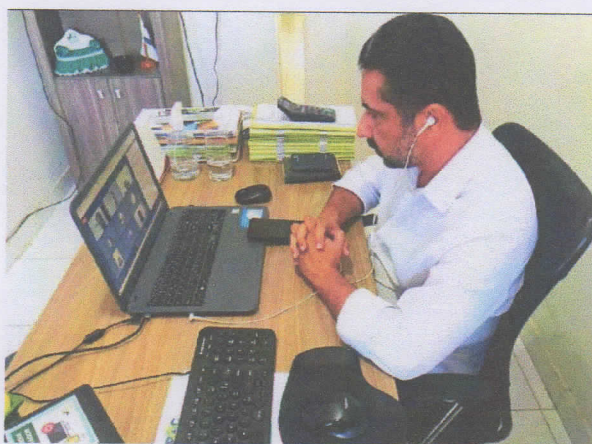
Visita Técnica ao Projeto do IPTI - Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação, no Município de Santa Luzia do Itanhi dos Consórcios Públicos e a Serhma - Governo Do Estado de Sergipe



Capacitação/sensibilização dos presidentes e catadores de materiais recicláveis,
no município de Campo do Brito, no dia 18 de julho de 2022



Participação de reunião com catadores de materiais recicláveis de N. Sra.
Aparecida, no dia 19 de julho de 2022



Gebran

Realização de audiências públicas para apresentação dos estudos oriundos do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nº 04/2022, realizado em parceria com a Agrese (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe) e a Adema (Administração Estadual do Meio Ambiente)

RIBEIRÓPOLIS/SE, 30 de setembro de 2022.

Gilcimara Gois da Cruz
GILCIMARA GOIS DA CRUZ
CONTROLE INTERNO CPAC